

92/II

9.5 - Anna R. Moreira

**A ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO DE MAUS-TRATOS À
INFÂNCIA**

Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio)

Centro de Ciências Humanas (CCH)

Escola de Educação

Curso de Pedagogia

Disciplina: Monografia II

Reitor: Sergio Luiz Magarão

Decana: Maria José Mesquita Cavalheiro de Wehling Macedo

Coodenadora: Janete de Oliveira Elias

Professor da Disciplina: Gilda Maria Grumbach

Professor Orientador: Vilma Barbosa Soares

A ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO DE MAUS-TRATOS À INFÂNCIA

Regina Célia Pinto de Souza

**Monografia apresentada em cumprimento
ao requisito parcial para conclusão do
Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia.**

Rio de Janeiro

Uni-Rio

1992

SOUZA, Regina Célia Pinto de Souza. *A escola como instituição de
maus-tratos à infância*. Rio de Janeiro. 1992. 28 f.

"Aqueles que não são suficientemente educados, e assim não são bastante sábios para conhecer suas deficiências, são justamente os que mais necessitam de educação".

Sócrates

Dedicatória:

Dedico este momento da minha vida
aquelas pessoas que fazem do
preconceito sua razão de viver.
Quando usaram palavras pensando que
ofenderiam, mas que na verdade só
serviram para me fazer refletir,
que apesar de ser negra, suburbana
e porteira, se é capaz de também
fazer uma faculdade.

Agradecimentos:

Agradeço à você - Querubim, pelo incentivo durante esses quatro anos.

À minha professora e Orientadora Vilma Barbosa Soares pela dedicação e por ter me dado a oportunidade de cumprir mais uma etapa da minha vida.

SUMÁRIO

	Pág.
1 - INTRODUÇÃO	09
2 - A FUNÇÃO DA ESCOLA	13
2.1 - Os papéis designados à escola e os que de fato desempenha	13
3 - MAUS TRATOS QUE A ESCOLA INFLIGE	16
3.1 - As classes menos favorecidas e as mais favorecidas	16
4 - A PEDAGOGIA DO AUTORITARISMO	19
5 - CONCLUSÃO	24
6 - BIBLIOGRAFIA	27

1 - INTRODUÇÃO

O que se espera da escola quando aí se matricula uma criança? é que esta desempenhe alguns papéis que contibuem na socialização do indivíduo, na transmissão do conhecimento e na formação de cidadãos pensantes.

O que me levou à escolha do tema para esta monografia foi o fato de ter observado, no local onde trabalho, como a escola muitas vezes não alcança os objetivos a que se propõe. Na posição de mera observadora, tenho notado que a escola está longe do que os pais e responsáveis esperam dela. Observo que existem duas escolas, aquela que se supõe e aquela que existe de fato.

Da que se supõe, já foi dito acima; da que existe de fato, pode-se dizer que a transmissão do conhecimento e a socialização, bem ou mal a escola consegue administrar. Porém o grande equívoco parece estar na estrutura dessas instituições, na má formação dos professores, no espaço físico, nos currículos, no governo que parece nem um pouco preocupado com a educação, pelas mais diversas razões.

A sociedade se modificou; hoje a correria pela sobrevivência fez com que a escola se transformasse na maioria das vezes num depósito para crianças. Os pais, não tendo tempo nem espaço físico para seus filhos, fazem da escola o local que

supre de imediato essas necessidades. Eles deixam de considerar um fator primordial: a análise da escola no seu interior, seu funcionamento, sua estrutura.

A escola tenta valorizar em si mesma todo o processo de honestidade, de cultura, de companheirismo. No entanto o que se observa é exatamente o oposto, quando se percebe que ela nem sempre é honesta no trato com seus alunos.

Com este trabalho procurei abordar a escola como instituição de maus-tratos à infância.

Acredito que é importante desenvolvermos em nossas crianças valores e atitudes que permitam organizar um projeto de vida. A educação é, portanto, um instrumento fundamental para o bem-estar das próximas gerações.

Atualmente o conceito de educação é essencialmente político, já que sua natureza tem sido manipulada em função das classes que controlam os mecanismos do poder na sociedade brasileira. A escola tem assumido o encargo de manter a hierarquia do privilégio e estratifica, ainda mais, as classes sociais, e, a nosso ver, tal situação pode se enquadrar no que denominamos "mau-trato".

Segundo o mestre Aurélio Buarque de Holanda Ferreira em seu dicionário, maus-tratos é crime de quem expõe a perigo a vida

ou a saúde da pessoa que se acha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fins de educação, ensino, tratamento ou custódia, seja privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, seja impondo-lhe trabalho excessivo ou impróprio, seja abusando de meios corretivos ou disciplinares.

A verdade é que, em termos históricos, a criança sempre foi maltratada. Por toda a história do homem, ser criança significa não participar de acordo com as suas especificidades infantis. ?

O problema é antigo e reflete a própria evolução da criatura humana, preocupada fundamentalmente consigo mesma. A criança tem sido objeto de carência afetiva, abandono emocional e violência por parte do adulto, em função da ignorância e de toda uma patologia individual, familiar e social.

Agressões e violências às crianças começam a ser notificadas a partir do século XVI, com conotação pedagógica. Data de então a instituição dos "colégios", geralmente asilos para estudantes pobres e sem família, em sua maioria fundados por doadores. Tinham em parte conotação filantrópica (a maneira de salvar a própria alma), em outra serviam como um modo de segregar a infância e a adolescência indesejáveis e potencialmente delinquentes que poderiam colocar em perigo a família e a sociedade.

O fato é que tais ambientes são focos de maus tratos e de humilhação deliberada. Agem como princípio educacional da classe dominante, impondo suas idéias de segregação social e atestando o caráter servil e aviltador do castigo corporal.

A agressão do homem pelo homem é parte habitual da existência; todos a realizamos, e suas causas, aparentes ou reais, conhecidas ou suspeitas, variam com a agressão, o agressor e o agredido. A conduta agressiva envolve não somente os indivíduos em particular, mas a sociedade que a permite, condiciona, modifica ou determina.

2 - A FUNÇÃO DA ESCOLA

2.1 - Os papéis designados à escola e os que de fato desempenha

Cabe a todos a missão de responder qual escola quer o país ver funcionando para atender às gerações de crianças e jovens, que ainda esperam a chance para se integrar ao processo de aprendizado permanente.

Gadotti, como todos e como cada educador em particular, tem um projeto para a escola brasileira: "O ensino popular deveria ser inteiramente gratuito e universal, em todos os níveis, criado e mantido pelo Estado, obrigatório em sua fase inicial (não menos de 8 anos), ministrado na escola pública estatal, não-burocratizada, mas crítica, criativa, autônoma, isto é, sob a hegemonia da população".

A função da escola é transmitir o conhecimento, proporcionar a socialização, o contato com as pessoas da mesma faixa etária, é de servir de instrumento para a transformação do meio-social.

A escola longe de ser a escola de todos, como pretende, favorece aos que já estão favorecidos, enriquece aos ricos, empobrece aos pobres. Em nosso meio constatamos que o sistema

escolar não está planejado de modo a compensar as carências culturais das quais é vítima a maior parte da nossa população infantil.

Apesar de sua aparente busca de igualdade, o sistema escolar não faz mais do que acentuar uma desigualdade fundamental: separa as crianças cujas famílias participam da herança cultural que a escola transmite daquelas que não encontram em suas casas nenhuma preocupação com as atividades escolares.

A escola é injusta. Uma de suas principais evidências de mau-trato é a divisão das pessoas em boas e más, isto é, em escolarizadas e não escolarizadas.

Nesse sentido, a escola é um subsistema instituído que, ao mesmo tempo em que sofre as pressões do sistema social mais amplo, torna-se instrumento desse sistema, situando as pessoas em: os senhores e os escravos, os empregadores e os empregados, os poderosos e os fracos, as autoridades educacionais e os professores, os educadores e os educandos.

Essa interação dinâmica, opressor-oprimido, influencia e induz, involuntariamente, professores, pessoal técnico-administrativo e alunos a determinadas condutas que explicam, em parte, o fato da escola funcionar como uma instituição de mau^A trato^B à infância.

A educação é elitista desde a escola primária e além disso é demagógica e desonesta.

Observam-se escolas com padrões pobres de estimulação, métodos rígidos, indiscriminados, chocantes anotações reprovativas de professores face à dificuldade de seus alunos e outras tantas condutas inadequadas.

Muitos professores tornam-se intransigentes, rígidos e perfeccionistas no trato com os alunos, não atendem às necessidades básicas e individuais para o desenvolvimento da criança.

A rede Estadual não consegue observar e absorver a demanda escolarizável; percebe-se aí o mau-trato institucional: salas muito cheias, professores mal preparados, alunos carentes. A escola particular, em sua maioria, atende também de forma inadequada, enfatizando a alfabetização precoce, visando apenas o lucro financeiro.

3 - MAUS-TRATOS QUE A ESCOLA INFLIGE

3.1 - As classes mais favorecidas e as menos favorecidas

Várias pesquisas mostram que a síndrome de mau-trato à infância está correlacionada com precárias condições de vida, as quais, por sua vez, são decorrentes de situações carenciais a nível sócio-econômico e cultural. Constata-se, como uma das causas principais, a inadequação dos currículos escolares, nos quais predominam as atividades puramente intelectuais em detrimento de outras atividades práticas e criativas, que permitiriam ao aluno aprender o seu mundo através da utilização de suas potencialidades corporais. A maioria das técnicas pedagógicas usadas por muitas escolas, consiste em provas de exigências para as crianças com menores possibilidades adaptativas e provas de esforço para a grande maioria da população escolar. Justamente aquela que necessitaria encontrar facilidades em suas aprendizagens.

Isto explica, em parte, o alto índice de repetência e de evasão escolar que incide nas classes desfavorecidas.

Na realidade, o que esses alunos segregados aprendem na escola, através de um currículo oculto, é a se considerarem predestinados a serem pessoas fracassadas e marginalizadas.

é dessa maneira que a instituição escolar se torna o departamento de seleção dos operários da fábrica e também do subemprego.

Face a tudo isto, devemos pensar na necessidade de tomarmos consciência plena de que educar é também facilitar a relação da criança carente com as pessoas, com os métodos e procedimentos de ensino. Por outro lado, o importante é que as atividades escolares sejam gratificantes vinculadas com a vida, para que possam, no futuro, ser um modelo positivo para as atividades da vida adulta.

À medida que a escola tornou-se um oneroso e lucrativo bem de consumo, observa-se que a instituição escolar assume mais precocemente, e por mais longo tempo, o cuidado das crianças. Ela libera, desta forma, os pais para as suas atividades profissionais a fim de que possam manter, por sua vez, as necessidades de consumo, entre as quais, a própria escola. No meu ponto de vista, esta liberação pode significar, em muitos casos, um modo de segregação e encerramento do filho na instituição escolar.

Funcionando sob a pressão de um alto nível de exigências, interagindo com adultos que se preocupam mais com sua aprendizagem formal do que com sua pessoa, a criança torna-se um ser carenciado e, conseqüentemente, com muita necessidade de elaborar as suas ansiedades.

Neste mundo de consumo, no qual a escola se insere, também o êxito é negociado: subornam-se professores, vendem-se provas, negociam-se recuperações e compram-se diplomas. Tais fatos ensinam como vencer na vida sem fazer força. Pelo menos a força do raciocínio ...

O mercantilismo pedagógico que vigora em muitos estabelecimentos de ensino particular, mobiliza atitudes de caráter indulgente e superprotetor, que consistem em promover o aluno sem que o mesmo apresente condições reais de aprovação.

Essas atitudes negligentes, que geram lacunas pedagógicas muitas vezes irreversíveis, poderão mobilizar dificuldades nos anos subsequentes. Mais cedo ou mais tarde esses alunos apresentarão um alto nível de sofrimento, pela incapacidade de corresponder às solicitações pedagógicas mais evoluídas. Comumente tais crianças maltratadas serão segregadas da escola.

A análise dos programas escolares nos revela a presença de muita rigidez na programação dos conteúdos e no tempo que estes devem ser desenvolvidos, não dando oportunidade à criança de aprender no seu ritmo maturativo próprio.

A criança que frequenta uma escola que não atende às suas necessidades básicas emocionais, realizando tarefas para as quais não está interessada, com pessoas nas quais também não está interessada, nem as pessoas nela, ficará muito mais vulnerável às

reações psicopatológicas. O fracasso na aprendizagem escolar tem-se constituído em um dos fatores desencadeantes das tentativas de suicídio infantil. Isso ocorre porque fracassar na escola, neste mundo elitista, é fracassar na vida. Quando as disfunções da instituição escolar predis põem a criança à doença e a morte, estamos frente à prova mais contundente de que a escola é uma das instituições da nossa sociedade que, em mais alto grau, exerce a função de mau-trato à infância.

4 - A PEDAGOGIA DO AUTORITARISMO

Alguns professores estão inseridos numa estrutura escolar autoritária, criando uma cultura estanque, alienada da vida e da dinâmica do mundo.

Esse estilo de educação coloca o aluno na mera posição de depositário da informação autoritária do professor, que "despeja" conteúdos inúteis, os quais a criança, passivamente e de forma dolorosa, é obrigada a absorver, gerando uma cultura inútil e um adulto inibido como ser ativo e pensante. E, conseqüentemente dócil e manipulável.

De acordo com Paulo Freire, este tipo de educação se constitui numa invasão cultural, pois, não respeitando as potencialidades da criança, o educador impõe sua visão do mundo,

freando a criatividade e inibindo as potencialidades de desenvolvimento. A isto o referido autor denomina domesticação e não educação.

Entre os prejuízos desta pedagogia constata-se que a escola não oferece ao aluno:

- aprender a ser: a escola não possibilita ao aluno experienciar uma autopercepção definida para estabelecer a sua identidade, face à padronização e à massificação do ensino, entre outras causas;

- aprender a aprender: a escola não estimula a capacidade do aluno de adaptar-se às situações novas, assim como não desenvolve a plasticidade de ser modificado e de ser agente modificador de seu meio;

- aprender a pensar: a escola não oferece o desenvolvimento das habilidades e das estruturas cognitivas que permitiriam ao aluno construir e atingir níveis de pensamento mais evoluídos que o levariam a analisar, a criticar e a questionar a realidade;

- aprender a comunicar-se: a escola cada vez menos estimula, de forma adequada, o desenvolvimento da linguagem oral, lida e escrita, as quais são fundamentais para a formação dos processos mentais superiores.

No início de 1988 o professor Vicente Pereira de Souza, com doutorado em Linguística nos Estados Unidos, chegou à Escola Classe 16, na cidade-satélite de Brasília, querendo dar aula à pior turma. Em pouco tempo passou a usar a violência como estratégia, segundo suas próprias palavras. Os alunos tinham dificuldade em aprender, e ele, sem condições de controlar a turma, começou a apelar para os castigos físicos. Primeiro punha as crianças em pé, com os braços abertos para cima e de frente para a parede. Depois chegou a colocar alunos ajoelhados no milho. No uso muito particular desses castigos, o professor contou com o apoio dos pais, alguns propuseram até mesmo o espancamento, outro propôs fazer um tapete com chapinhas de garrafas para que o filho ficasse ajoelhado. O professor foi denunciado e afastado da escola, os pais fizeram abaixo-assinado pedindo a sua volta. Mas Vicente está proibido de lecionar para o 1º Grau.

O depoimento de Ana Carolina, 13 anos, aluna de uma escola municipal em Minas Gerais, é um claro exemplo de como na sala de aula, a necessidade de regras disciplinares se confunde com o poder do professor. "Quando eu estava na 3ª série, a professora me chamou ao quadro-negro para fazer um exercício. Expliquei a ela que eu tinha alergia a giz e que poderia responder oralmente. Ela insistiu, e eu falei que não dava. Aí ela ficou uma fera. Me olhou com uma cara horrível e começou a esfregar o giz nos meus óculos e na minha cara toda."

"Punido e humilhado publicamente, em maio de 1990, por ter colado na prova de Geografia, Celestino José Rodrigues Neto, 14 anos, aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro suicidou-se."

Seu ato deixou no ar uma pergunta: como, em nossos dias, ainda subsistem regulamentos disciplinares rígidos a ponto de levar uma criança ao desespero e a morte? Pois existem. São regras montadas na época em que as grandes escolas nasceram, decididas pela direção dos sistemas escolares em função das necessidades daquela sociedade, mas que se tornaram eternas. Não acompanharam a evolução do tempo. Hoje já perderam o sentido, mas ninguém discute isso, porque não questionar as normas é justamente uma das regras imutáveis.

Hoje os regimentos intermos mais tradicionais estão nos colégios religiosos e militares, que associam, como se fazia antigamente, a qualidade do ensino no autoritarismo.

Um professor de Educação Física deu um tiro no rosto do estudante Rony César, de 18 anos, durante a Olimpíada Estudantil realizada em Patos, Minas Gerais. O disparo foi feito durante uma discussão, depois de um jogo de voleibol. Segundo os médicos, se sobreviver o rapaz ficará paralítico.

Entre o regulamento rígido de um colégio militar e a pedagogia do chinelo, como a que foi implantada pelo professor de Brasília, uma infinidade de casos, divulgados ou não, mostra o

quanto é delicada o limite entre o autoritarismo e o legítimo exercício da autoridade.

O professor acha até que está protegendo a criança, mas, quando a submete a uma humilhação pública, o que ele faz é desrespeitar essa criança. A escola reproduz a ordem social, podendo gerar carneirinhos ou rebeldes; geralmente, ela prefere gerar os carneirinhos. O aluno formado na escola autoritária inexistente como força política.

5 - CONCLUSÃO

Ao finalizar este trabalho, podemos concluir que muitas críticas dirigidas às instituições escolares dizem respeito às suas formas de operar. A educação escolar tem como referência não a realidade, mas a escola mesmo, e a utilização de métodos objetivos e científicos tem como preço o isolamento do aluno e seu desvinculamento do contexto social. Observamos que a experiência vital do aluno não é considerada na prática escolar ou então não é valorizada suficientemente para merecer sistematização.

Os alunos estão cada vez mais distantes da escola, e é preciso tentar oferecer uma escola mais relevante e capaz de satisfazer as necessidades da atual geração de alunos, tornando possível ao estudante obter mais sucesso escolar. A dissociação entre escola e vida é um dos principais fatores de inúmeras discussões e de questões a respeito da validade do mecanismo escolar.

Luta-se pelo direito de todos à educação, reivindicando um maior número de escolas que atendam às necessidades de escolarização da população na faixa etária escolar. No entanto, o que se verifica é que a utilização do espaço escolar (e também das verbas relativas à educação) é feita tendo em vista um número considerável de atividades diversificadas, próprias de outras

Prof. Wilma

UNI - RIO

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

Departamento de Didática

Disciplina: Monografia II

Professora: Gilda Grumbach

Assunto: Avaliação final de Monografia

Informo que os(as) aluno(as) Regina Célia Pinto de Souza obteve rendimento final, na construção da Monografia, expresso por meio do grau nove. (9)

Rio, 15 de dezembro de 1992

Wlne Soans
Professor Orientador

Obs: Solicita-se que o presente formulário seja encaminhado ao professor responsável pela disciplina, no Departamento de Didática, até o dia 15 de dezembro (terça-feira), junto com uma cópia da monografia.

instâncias da sociedade. Luta-se pela existência da escola, mas não se percebe que, ao não se concretizar a sua função principal, ou seja, a democratização do saber escolar, se "desescolariza" os educandos dentro da própria escola. E isso é mais constante nas escolas de periferia, de favelas ou outros locais onde vivem os indivíduos das camadas sociais de baixa renda. Com isso não se democratiza o saber escolar, apesar de se estar trabalhando dentro da escola.

Ao não se democratizar o saber, quer se queira admitir ou não, serve-se à manutenção da situação vigente, na medida em que é importante para o poder instituído que grande parcela da população, pertencente a certas camadas sociais mais carentes, não domine o saber escolar. Isto é, não dominando o saber escolar esses indivíduos são mais facilmente dominados; exemplo recente disso ficou constatado nas últimas eleições municipais do Rio de Janeiro.

A exigência de mais escolas é fundamental na luta pelo direito de todos à educação, mas não é suficiente. É imprescindível exigir outras condições, inclusive aquelas que garantam na escola a transmissão-assimilação do saber escolar, democratizando, assim, este saber a todos.

Podemos concluir também que os pais, em geral, delegam à escola uma tarefa que também é deles. Muitos acreditam que quanto

mais rígida melhor é a escola. Atitudes desse tipo certamente garantem o funcionamento de tais escolas.

Respaldo pela necessidade social de controlar as crianças e pela concordância dos pais, o professor sente-se liberado para exercer sua autoridade.

Em pesquisa realizada na Universidade Federal do Piauí, ficou claro que o autoritarismo vem da falta de preparo teórico do professor: para ele, o comportamento diferente de um aluno é anormal, e o castigo garante a sua autoridade perante a turma.

A falta de preparo e de condições de trabalho do professor não são os únicos elementos que forçam o abuso da autoridade. Há também a falta de interesse da própria escola em mexer fundo com a questão da disciplina.

Acreditamos que a partir dos questionamentos deste trabalho, possamos levar todas as camadas da área educacional a refletirem e tentar, quem sabe, reverter essa situação tão degradante em que se encontra todo o processo educacional do país.

6 - BIBLIOGRAFIA

- AJURIAGUERRA, Julian. *Psicopatologia infantil*. 2ª ed. Porto Alegre: Masson, 1986.
- e MARCELLI, Daniel. *Psicologia infantil*. 2ª ed. São Paulo: Artes Médicas, 1986.
- BRANDÃO, Z. *et al*. *Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- FICHTNER, N.H. *et al*. Influência da escola no desenvolvimento da personalidade. Relato do tema oficial do III Congresso Latinoamericano de Psiquiatria Infantil. Buenos Aires, 1975.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GADOTTI, Moacyr. *Concepção dialética da educação*. São Paulo, Cortez, 1983, p. 149.
- GATTI, B.A. *et al*. A reprovação da primeira série do 1º grau: um estudo de caso. Cadernos de pesquisa, n. 38, São Paulo: 1981.
- GOUVEIA, Aparecida. Desigualdades no acesso à educação de nível médio. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. 1967, pp. 32-43.
- KAMIL, C. e DEVRIES, R. *A teoria de Piaget e da educação pré-escolar*. Editora Socicultur.
- KRYNSKI, Stanislaw; LIPPI, José; SALVADOR, Célia. *A criança maltratada*. São Paulo: Ahmed, 1985.
- LAGÔA, Ana. A pedagogia do chinelo. Revista Nova Escola, 1990. pp. 18-22.

LIBÂNEO, José. *Democratização da Escola Pública. A pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1985.

LOUZEIRO, José. A pedagogia da humilhação. Jornal do Brasil, 1990, pp. 4-5.